

Dilemas do Congresso

1986

Parte integrante da democracia representativa que os políticos estejam sempre em campanha eleitoral, buscando a sua eleição ou a reeleição. Nada mais natural, portanto, que numerosos membros do Congresso Nacional estejam em campanha para ganhar as prefeituras das capitais ainda neste ano ou os governos de seus Estados, em 1986, ou simplesmente se esforcem para conservar o mandato legislativo federal que já detêm.

"Até aí morreu Neves", diz o dito popular, sem qualquer insinuação quanto ao saudoso presidente Tancredo Neves. Mas será preciso um esforço de todos e uma certa pressão da opinião pública para que esse assunto, que reconhecemos ser vital para os políticos, não acabe por se tornar a prioridade nacional número um. Pois, na verdade, a questão prioritária ainda é a democratização do regime, as reformas constitucionais, a retomada de um nível satisfatório de desenvolvimento econômico e o tratamento das questões sociais.

As reformas introduzidas pela mais recente emenda constitucional aprovada pelo Congresso ainda não foram suficientes para modificar essencialmente o regime, depurando-o de suas anomalias institucionais, particularmente a maior de todas, que foi o imenso crescimento do poder da administração federal.

Depois de duas décadas de progressivo fortalecimento do poder central - algumas vezes até necessariamente - o novo Governo empossado em 15 de março - e com ele o próprio Legislativo - parece todo acostumado com essa centralização excessiva, como se fosse um fenômeno natural e irreversível. O que não é.

Ainda agora mesmo o ex-ministro e atual senador César Cals, do Ceará, vem de propor a criação de um Ministério da Defesa, a ser brevemente materializado sob a forma de projeto de lei. Embora o

seu autor esteja agindo de boa fé e até com intenções positivas de diminuição de gastos com as Forças Armadas, não há dúvida que se trata de iniciativa coerente com o aumento do poder central.

O episódio eleitoral deste ano e a Constituinte prevista para 1986 - dois acontecimentos positivos para a democracia brasileira - não podem obscurecer a grande tarefa do Legislativo, neste momento, que é a de tentar desmontar o gigante federal, que se tornou quase o Grande Irmão Imaginado por George Orwell, no seu famoso romance 1984.

Nesses dois anos, o Congresso terá de ser um grande ator, para ficar de olho no enredo e com o outro na platéia. As campanhas eleitorais, que só tendem a crescer daqui para a frente, não poderiam esvaziar o Legislativo de suas tarefas primordiais no desmantelamento de estruturas que transformaram esta vasta República numa espécie de Terreiro da Mãe Joana, onde todos obedecem ao pai-de-santo.

Allás, esse problema já angustia a muitos parlamentares, que me exultam suas dúvidas sobre qual a principal tarefa do Congresso no momento: participar das campanhas eleitorais, remendar a Constituição ou deixar tudo para a futura Constituinte. Ou, ainda, tentar fazer um pouco de cada um ao mesmo tempo. E no meio disso ainda tem um fato positivo, mas que pode se tornar um complicador: a abertura para o surgimento de novos partidos. Esse gesto essencialmente democrático ajuda, entretanto, a desviar a atenção para as outras tarefas institucionais, pois é muito difícil pensar ao mesmo tempo na futura Carta Constitucional e na formação de um novo diretório do novo partido no distante município de Trololô do Judas.

LUIZ ADOLFO PINHEIRO